

CAPÍTULO 15

Entre o Fazer e o Executar: reflexões sobre a formação e o trabalho profissional*

Maurício Caetano Matias Soares

Um dos debates muito presentes no Serviço Social se refere ao estudo sobre a relação teoria e prática profissional. Diversos autores têm se debruçado sobre a temática, chegando à compreensão de que nessa relação não há dicotomia, mas sim complementaridade. Ou seja, os conhecimentos teóricos ilustram a prática e a prática desponta novos questionamentos a serem pensados no universo teórico. Assim temos uma relação de retroalimentação entre teoria e prática no Serviço Social.

Sem discordância dos profícuos estudos assinalados, as singelas linhas a seguir retratam parte das resultantes da minha tese de doutoramento, com as quais proponho um entendimento articulado entre o cenário capitalista, especificamente do século XXI, e os seus rebatimentos tanto na formação como na prática profissional.

As múltiplas transformações societárias, por consequência, a crise estrutural do capital, deflagrada nos anos 1970, propagam práticas e ideias conservadoras que fundam um novo modelo de Estado e de sociedade. Ao passo, que também proporcionam o surgimento de novas requisições e tendências ao trabalho profissional, que podem ou não ser consonantes aos propósitos do projeto ético-político do Serviço Social.

A estrutura dos serviços e das políticas sociais, ordenada pelo gerencialismo, impõe um novo modelo de trabalho dedicado ao prático com prioridade ao pragmático, visível no processo de protocolização,

* 10.29388/978-65-6070-130-4-0-f.281-301

acreditação e plataformização dos serviços. Notadamente, esse modelo designa padrões de comportamento e intervenção profissional no cerne das instituições, sejam elas, públicas ou privadas. Tais padrões colocam o imediato em preferência, valorando um tipo de prática pré-moldada, que desconsidera a historicidade e se estabelece na consciência comum, por meio do ato de mera reprodução do estabelecido, ou nas palavras de Netto (1996), de “mero executores”.

Diante dessa realidade é necessário, na sintonia do Serviço Social com século XXI, destacar no cotidiano da profissão, tanto na formação como na prática profissional, os elementos, que (re)orientam o Serviço Social brasileiro. Portanto, se torna imperioso distinguir o FAZER do EXECUTAR o trabalho profissional. Isso porque um comunga com os princípios do projeto ético político da profissão enquanto o outro com a sociabilidade burguesa desse tempo.

Para tal, o caminho que percorremos passará pela sintonização nas transformações societárias que inauguraram o século XXI, seguindo por seus impactos na política de Ensino Superior e no mundo do trabalho, chegando ao debate sobre o trabalho profissional.

A crise estrutural do capital deflagrada nas últimas décadas do século passado desvelou o esgotamento de alguns nichos de mercado, portanto, a necessidade da sua reinvenção por meio da construção/elaboração de novos parâmetros de exploração. A busca pela restauração do capital dirigiu-se para todos os setores que passaram a inibir a acumulação capitalista. Tal restauração ocorreu tanto no campo estritamente econômico-produtivo, quanto no universo financeiro da burguesia, demandando alterações no mundo da política e da cultura.

De acordo com Netto e Braz (2007), esse quadro exigiu alterações políticas-institucionais nos Estados nacionais e o enfraquecimento do poder de fogo da classe trabalhadora. As consequências foram a deterioração das condições gerais de vida dos trabalhadores com a precarização do trabalho, o rebaixamento salarial e o desemprego estrutural. Para tanto, a burguesia teve que operar significativas transformações nos aparatos do Estado, que foi

progressivamente capturado pelas forças do grande capital internacional, hegemonizado pelo capital financeiro.

As forças capitalistas apostaram na evolução tecnológica e nas inovações técnicas para alterar o mundo da produção do capital, modificando os padrões de acumulação vigentes, que passaram a intensificar a centralização do capital, ampliando o poder das oligarquias financeiras. Dessa forma reconduziu o desenvolvimento tecnológico, que deveria trabalhar a favor da emancipação do homem à condição de prisão e alienação do projeto capitalista. O computador, o celular, as redes sociais, a inteligência artificial e a monta de tarefas neles expressos aumentam o tempo de trabalho, geram desemprego e sobretrabalho invisível. Colocando em xeque o bom uso da tecnologia a favor do desenvolvimento humano.

Esse conjunto de mudanças funcionou como uma estratégia articulada sobre um tripé: reestruturação produtiva, financeirização da economia e perspectiva neoliberal. Para o Serviço Social, os desdobramentos dessas mudanças não foram nada animadores, uma vez que resultaram em nefastas consequências que recaíram tanto sobre os usuários/as (no acesso e na oferta de serviços sociais) quanto sobre os/as assistentes sociais, em suas condições de trabalho.

No campo ideológico-cultural, a prevalência de modos de pensar que tem afirmado impossibilidade de superação da ordem do capital, difunde um tipo de “triunfo” do capitalismo sobre qualquer alternativa a ele, e reverbera no campo da política na forma de fragmentação dos sujeitos e na desmobilização dos trabalhadores. Essa fragmentação é traduzida nas bandeiras de lutas como pautas que apontam para subdivisão das especificidades. Isto é, pegar a bandeira da luta e segmentar as demandas a ela atreladas na divisão do grande coletivo em pequenos ‘guetos’ reivindicatórios. Com isso, há uma cisão do coletivo, que ergue defesas a causas focais e imediatas de interesses particulares de determinados segmentos do coletivo, o que não simboliza a luta pelo coletivo, mas sim de parte, não representando a luta do todo.

A resultante desse movimento amplia o processo de dominação, restringe a autonomia e subalterniza as relações sociais. Nota-se, portanto, “um irracionalismo pós-moderno [que] reduz o conhecimento do real a uma absolutização, autonomização e isolamento dos fenômenos singular, desprezando a sua articulação com o universal” (Montaño; Guerra, 2024, p. 181). Desse modo, “a razão pós-moderna é refém da singularidade. Prisioneira do singular ela não supera o dado específico, a dimensão singular da realidade, e não alcança o conhecimento universal. (Montaño; Guerra, 2024, p. 184). Nas palavras de Jameson (1997, p. 32), “uma falta de profundidade, que se vê prolongada, tanto na “teoria” contemporânea quanto em toda essa cultura, da imagem e do simulacro; um consequente enfraquecimento da historicidade tanto nas nossas relações com a história pública quanto em nossas novas formas de temporalidade privada”.

A pós-modernidade, com a sua proposta de sociedade fluída, fomenta tanto nos sujeitos como nas profissões um apreço pelo conservador de fundo psicologizante com vestimentas de pluralismo, mas de essência eclética, podendo ser considerada a “cereja do bolo” que faltava. Nas palavras de Netto (2016, p. 67), um “ecletismo tornado cânones metodológicos, o relativismo como postura científica básica e a re-entronização do empirismo” que impacta a configuração de um caldo ideológico-cultural dependente da individualidade, afastando-se da totalidade em detrimento da restrição ao imediato e ao emergencial. Todo esse contexto define uma sociedade com “preferência por uma superficialidade literal que interdita a dialética entre essência e aparência; o esmaecimento dos afetos, expresso no esmaecimento da própria figura humana, transformada, na produção estética, em mera mercadoria” (Silveira Junior, 2016, p. 167).

Na direção contrária, no interior da profissão, o projeto profissional do Serviço Social, ao optar por uma orientação inspirada na leitura crítica do materialismo histórico, crítico e dialético de Marx, assume como fundamental a categoria historicidade. Com isso, comprehende como elemento central a interligação entre o singular, o

particular e o universal, portanto, é necessário que haja coerência entre o que se analisa em termos de macroestrutura e o modo como se realiza a sua mediação com o tempo miúdo da vida humana, parafraseando Yazbek. Nessa direção, o pensamento pós-moderno se choca com a herança teórico-metodológica marxista e “em alguns casos, essa colisão emerge sutilmente disfarçada como apropriação seletiva, ou atualização desfiguradora” dos elementos “assumido criticamente pela tradição marxista” (Silveira Junior, 2016, p. 175). Esse choque configura um “conservadorismo próprio às posturas pós-modernas [que] constituiu e constitui um vetor de erosão das bases do projeto ético-político, conferindo verniz e legitimização as concepções e práticas que, invocando este projeto, tendem efetivamente a pô-lo em questão.” (Netto, 2016, p. 67).

No campo das políticas sociais públicas, visualiza-se a emersão de um novo nicho de mercado. As políticas sociais passam a se constituir como negócio financeiro, que transforma os direitos em mercadorias produtoras de grandes cifras para as organizações sociais, empresas travestidas de filantropia, fundações e entidades do terceiro setor. Coloca-se nesse rol o processo de mercantilização da saúde, assistência social, previdência social, educação e habitação, permeada pelo discurso do empreendedorismo, da otimização de recursos, da sustentabilidade, da responsabilidade social, da eficiência da máquina pública e da melhoria de qualidade dos serviços, os quais mascaram o mecanismo subjacente de ampliação de lucros.

Assim, o gerencialismo empresarial, paulatinamente, injeta novas formas de gerenciamento de serviços, de pessoal e de recursos, dando ao setor público a melodia necessária para bailar a música do capital. Na sintonia de mudanças do perfil das políticas sociais, o mercado de trabalho exige uma mudança do perfil dos profissionais. As novas requisições são de bons profissionais, que sejam competentes, articulados ao aparato tecnológico, com capacidade de acolher e atender bem a sujeitos e grupos e acima de tudo sejam bons captadores de recursos. Para além, nessas novas formas de gerenciamento impõem-se novas regras de contrato e comportamento no trabalho,

recrudescendo a precarização do trabalho, facilitando situações de violência e estimulando competições entre os iguais.

Sem qualquer dúvida, o painel pintado pelo capital estabelece uma reestruturação pautada na flexibilização, que tem no suporte do avanço da tecnologia e da globalização as tintas necessárias para esculpir a nova arte que dará aos trabalhadores “o privilégio da servidão” na era digital. Nota-se que o principal instrumento dos trabalhadores se desloca para os equipamentos tecnológicos, definindo novos parâmetros de práticas profissionais guiadas por padrões protocolares, que inibem a capacidade de criação e questionamento e determinam modos de execução. Para além, a era digital estabelece a plataformaização dos serviços, exige o maior consumo de internet e gera a robotização dos sujeitos (trabalhadores e consumidores). Esse compilado garante a expansão do capital em suas múltiplas formas de exploração e acumulação.

Assim temos na sociedade do século XXI, o projeto da sociedade capitalista imprimindo controle para a ampliação da acumulação do capital. Ele apresenta a sua versão neoliberal e ganha expressão no desenvolvimento tecnológico, na recondução das políticas sociais, nas novas modalidades de gerenciamento de recursos e do trabalho, na reconfiguração da cultura e da ideologia com tons pós-modernos e na financeirização da economia em escala mundial. Ademais gera um tipo de sujeito fragmentado, competitivo, que se molda conforme a imagem necessária ao seu destaque, distanciado das lutas coletivas, culpabilizado pelas mazelas sociais que o acometem; responsabilizado pelo enfrentamento das sequelas da questão social; um sistema de proteção social pautado nas necessidades lucrativas do mercado, que transfiguraram os direitos em mercadorias, ampliando a desigualdade social e aprofundando a questão social; um modelo de produção pautado na exigência de mão de obra com domínio das novas tecnologias e conectada a ideologias de competitividade entre os iguais, com ênfase em capacidades e habilidades que distanciam o trabalhador de um aporte teórico capaz de transitá-lo a consciência política e social; e um mundo do trabalho precarizado, desamparado legalmente, subalternizado, em

modalidades de teletrabalho, uberização, terceirização, pejotização, entre outros. Tais características rebatem no Serviço Social tanto na formação como no trabalho profissional.

Com efeito, na nefasta arquitetura capitalista do século XXI, o modelo de formação acadêmica se curva ao padrão do mercado e as universidades ao Protocolo de Bolonha (1999). Nota-se, portanto, a valorização do ensino privado, o avanço da Educação à Distância (EaD), a priorização da extensão acadêmica em detrimento da pesquisa, o estabelecimento de uma universidade autossustentável e a tendência de mercantilização do Ensino Superior, efetivando as intenções já rotuladas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB) (1996).

Esse novo perfil ganha corpo a partir do ingresso do Brasil no Fórum Político de Bolonha, em 2009, efetivando as propostas de contrarreforma do Ensino Superior brasileiro (Boschetti, 2015). Elas estabelecem mudanças fundamentadas nos interesses do capital, implicando em abandonar de uma só vez o objetivo de transformação social qualitativa promovido pela educação e solidificar a estrutura do sistema do capital (Mészáros, 2008). Dando a universidade, uma característica, que colide com os seus propósitos de unidade de emancipação e justiça social, uma vez que, ganha preferências doutrinárias desvirtuando o significado real da educação, garantindo um sistema permanente de doutrinação, de fragmentação e de controle. (Mészáros, 2008).

Nesse cenário, as universidades são refuncionalizadas como organização empenhada na difusão do *ethos* do empreendedorismo, definindo novos parâmetros de pesquisas científicas e focalizando suas ações nas atividades extensionistas aliadas à prestação de serviços à comunidade. De certo, uma forma compensatória da ausência e limitações impostas ao Estado no exercício das políticas sociais pública. (Leher, 2022). A resultante molda uma universidade pública precarizada em suas estruturas com redução dos orçamentos, obrigando docentes e gestores a competirem entre si e se submeterem às pactuações

mercantis de perfil produtivista para o alcance de bolsas das agências financeiradoras e de outras parcerias.

Evidencia-se com isso o avanço das ideias neoconservadoras de cunho neofascista e pragmático, que veem a universidade como “ameaça por ser uma instituição que promove a secularização da vida, o que é percebido como afronta aos valores do líder e, consequentemente, do “povo”” (Leher, 2022, p. 2). Tal visão infere sobre as propostas reflexivas e críticas esboçadas no tripé – ensino, pesquisa e extensão - ocasionando o surgimento de centros automatizados de formação profissional.

E como fica o Serviço Social e a formação do assistente social em meio a tantos desmontes, dilemas e desafios? Por certo, esse cenário interfere diretamente nas propostas revolucionárias da formação profissional. Segundo Boschetti (2015, p. 645), ele “fundamenta e alimenta o avanço do conservadorismo no âmbito da formação e aponta para um retrocesso nas históricas lutas para construir uma formação profissional crítica com perspectivas de totalidade e comprometida com a transformação social”.

O “patrimônio intelectual” alcançado pelo Serviço Social, no ápice dos anos 1980, introjeta uma nova direção ético-política para a profissão que se solidifica na década seguinte na nova proposta legislativa, curricular e ética. Nesse período, também, se delimitou terreno nos estudos de Marx e nos debates, em que o método crítico-dialético do materialismo histórico promoveu acerca da realidade social, trazendo para o âmbito do cotidiano do trabalho profissional o estreitamento e a retroalimentação da relação teoria e prática. Isso garante uma compreensão de questão social que supera a concepção de naturalização que esboça a tese conservadora de que a desigualdade social é fruto natural do desenvolvimento capitalista *versus* a (im)potencialidade dos sujeitos em se adaptarem ao sistema.

A aproximação do Serviço Social à tradição marxista trouxe para a formação profissional “uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade socioinstitucional”

(ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 62) e, para o trabalho profissional, um desvelar das expressões da questão social, oriundas do processo de produção e reprodução capitalista. Assim, as contribuições dessa tradição impactam a construção de uma perspectiva de sociedade, bem como, a habilitação técnico-operativa articulada a intencionalidade, fundamentando uma direção social de cunho ético-político para a profissão.

Dessa maneira, estimula a sistematização do trabalho profissional, destacando aspectos importantes como: a ação profissional como trabalho e o assistente social como trabalhador. Em outras palavras, por meio dos estudos sobre a sociedade burguesa, veio a compreensão de que ao mesmo tempo em que o assistente social atua sobre as consequências da relação capital x trabalho, ele, como trabalhador, sofre as suas sequelas. Esses estudos instituíram um novo perfil de assistente social e a forma hegemônica de se conceber o Serviço Social, a partir da qual o trabalho se elenca como categoria junto a historicidade e a totalidade.

Com base nos estudos de Marx, o/a assistente social consegue desvelar os conflitos que fundam a sociedade capitalista e o rebatimento e sua materialização no cotidiano dos sujeitos sociais. Assim, está capacitado à reflexão que o/a possibilita construir propostas interventivas alinhadas aos propósitos hegemônicos da profissão, que se orientam por valores éticos para a construção e defesa de uma nova ordem societária livre, mais justa e menos desigual, ou seja, os valores profissionais são de cunho anticapitalista.

O que coloca uma incógnita em relação às manifestações concretas do projeto ético-político do Serviço Social. Por isso, é válido aos/as assistentes sociais se apoiarem e construírem pesquisas de cunho histórico-crítico e dialético, que retratem o movimento entre o cenário externo e interno da profissão, expressando notoriamente o dia a dia do trabalho profissional, o qual deve ser tomado “como objeto de investigação e crítica sistemática, como parte e expressão do contexto particular e geral, que vai possibilitando os assistentes sociais, individual

e coletivamente, superar práticas conservadoras, apreender possibilidades presentes na realidade” (Vasconcelos, 2015, p. 49).

Isto é, reiterar opções coletivas que implicam em posições em relação à leitura de sociedade no dia a dia do trabalho profissional. Portanto, é necessário romper com a lógica do capital, caso queira implantar alternativas significativas ao modo de produção e reprodução social vigente.

Em outras palavras, é dar o tom da reflexão e do pensar para “além da caixinha”, o que significa identificar, refletir, planejar e agir. Ou seja, ultrapassar o aparente, confrontar as realidades, apreender os determinantes, identificar os nexos, projetar novas realidades e produzir instrumentos que subsidiem ações passíveis à materialização das intencionalidades esboçadas na projeção de uma nova realidade societária. Em suma, sair do superficial, apreender e intervir sobre a essência daquilo que se apresenta para o/a assistente social como demanda, que requisita o seu trabalho nos diferentes espaços sócio-ocupacionais da profissão.

O desafio, portanto, é transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objeto de estudo e ação do/a assistente social. Nota-se a relação teoria e prática, destacando a capacidade profissional de analisar a realidade e transformar essa análise em ações que expressam os compromissos, os valores, as competências, as habilidades e a importância do/a assistente social e de sua atuação frente às expressões concretas da questão social.

Todavia, a contrarreforma do Ensino Superior tende a neutralizar a teoria crítica e fomentar padrões práticos que suprimem o movimento reflexivo sobre a realidade, que impõe uma visão holística com rótulo de totalidade e desenvolve pensamentos a partir de matrizes sistêmicas e pós-modernas, que ocultam a essência da realidade capitalista.

O avanço das propostas das agências internacionais de aligeiramento da formação profissional - aqui falando do Serviço Social, mas não é seu privilégio – define parâmetros educacionais sintéticos

embasados na mera reprodução de padrões de habilidades e competências práticas. Tudo em nome da adequação da universidade ao padrão do mercado de trabalho, ocultado nos discursos de evolução tecnológica e desenvolvimento moderno.

Para as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas tais sintonia garante o seu espaço na disputa por alunos e, consequentemente, o seu lucro. Fica notório que para se adequar às necessidades exigidas pelo capital, as IESs trocam o compromisso com o ensino pela base do lucro e, nessa disputa, ganha aquela que mais rápido formar um profissional operacional para o mercado de trabalho.

A EaD e o modelo por competência são meios utilizados para acelerar e legitimar a precarização da formação. As disciplinas são trocadas por projetos que objetivam apenas enquadrar comportamentos profissionais a um tipo de conhecimento básico da sociedade, dispensando qualquer acervo crítico, pois não há tempo hábil para a discussão ou desmistificação da realidade dada. A atuação deve ser sobre o que o hoje apresenta e não sobre a relação do hoje com o ontem e com o possível amanhã. A utilidade social da profissão se limita a submissão às propostas precarizadas e devastadoras da concepção democrática e retoma o conceito de tecnificação da ajuda se pondo em oposição a proposta de formação vinculada à direção anticapitalista.

No modelo por competência, o estudo se baseia na exposição de problemas e soluções práticas e aplicáveis ao cotidiano como se esse não fosse dinâmico. Ignora o movimento dialético da realidade e reproduz a ideia de que a prática profissional se assemelha a aplicação de “receitas de bolo”, restringindo a formação e o trabalho profissional ao imediatismo, ao pragmatismo e a automação. Uma formação pontual voltada a mera execução ou reprodução das formas de aplicação da política, ou seja, uma formação na política social (Guerra, 2019). A direção dada se refere a formar trabalhadores capazes de executar protocolos e procedimentos definidos pela gestão institucional, o que não exige dele capacidade de crítica e reflexiva da realidade, desconsiderando, o processo de retroalimentação entre teoria e prática.

Para o Serviço Social, esse modelo de formação limita a ação profissional e rompe com a visão dialética, perdendo a sua condição de profissional crítico analítico para assumir o papel de mero executor, favorecendo o surgimento e a permanência de diferentes matizes teóricas e ideológicas no âmbito da profissão. Isso se reflete na produção de um ligeiro retorno ao passado confessional, funcional e a construção de um novo perfil profissional “plural”, que na verdade diz respeito ao ecletismo, com o profissional exaltando a centralidade de sua ação e colocando em xeque o significado social da profissão.

Em sentido oposto, vemos que o movimento do real esboçado pelas profícias transformações societárias expostas impacta a dinâmica do trabalho profissional. A junção da fragmentação das lutas sociais, a expansão de múltiplas ideologias de cunho neoconservador, a recondução do Estado ao perfil neoliberal, o gerencialismo nas políticas sociais, o novo/velho mundo do trabalho e a funcionalização do ensino superior aos protocolos de mercado são os elementos que rebatem no trabalho profissional, exigindo a distinção entre FAZER e EXECUTAR o trabalho profissional.

FAZER presume um tipo de relação entre teoria e prática que envolve o pensar, o elaborar e o executar. Ou seja, o fazer profissional implica em entender a dinâmica da realidade, integrando o conhecimento dessa realidade, da instituição e do usuário. Se trata aqui do entendimento de prática profissional como práxis. Em outras palavras, prática como “uma atividade humana que se orienta conforme a fins, e esses só existem através do homem, como produtos de sua consciência. Toda ação verdadeiramente humana exige certa consciência de um fim, o qual se sujeita ao curso da própria atividade” (Vázquez, 2011, p. 223).

A ideia de prática profissional como ação humanizada atrela-se a dois eixos. Um relacionado a capacidade humano-genérica do animal homem de pensar, refletir e agir, que dá ao profissional consciência de sua prática, assim como sua capacidade de delimitar objetivos e finalidades para ela. E, o outro, interligado ao primeiro, se refere a base de formação intelectual que gera a direção política e ética, que direciona

esse pensar, refletir e agir. Essa condição humanizada da profissão conflita com o cenário de imediatismo e automação das práticas profissionais.

Na esteira do século XXI, o mundo do trabalho se reestrutura de maneira “que esvazia conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, enquadrando processos e dinâmicas às metas de qualidade e de produtividade a serem alcançadas”, impactando em efeitos relacionados à organização e a efetivação de práticas profissionais (Raichelis, 2018, p. 57). Nesse contexto, a proposta da flexibilização e da polivalência dos trabalhadores gera a perda da especialização do trabalho, a intensificação da relação custo x produção, a mistificação das modalidades de trabalho inter e transdisciplinar e a definição de cargos genéricos, resultando em regressivas alterações na prática de diferentes profissionais.

De certo, se a proposta capitalista é: quanto mais aliena mais domina, estruturar um mundo do trabalho de maneira a evitar a reflexão do trabalhador sobre o que ele faz e produz e, consequentemente, suspender a consciência de classe é uma estratégia de refração medular à conservação dos propósitos do capital. Evidencia-se, portanto, uma restrição ao processo de pensar a prática profissional, inibindo o processo de construção de consciência do trabalhador sobre a sua ação profissional e sobre a sua condição de trabalhador. Elementos caros ao Projeto ético-político do Serviço Social.

A consciência evocada nessas linhas vincula-se a uma consciência filosófica, que revela o homem atuando no sentido criador, revolucionário, ou seja, aquele capaz de esclarecer teoricamente a sua prática social e regular conscientemente suas ações como sujeito da história. (Vázquez, 2011). Trata-se da atitude de suspensão da cotidianidade para refletir sobre o que faz, por que faz, como faz, para que faz e para quem faz. Essa atitude filosófica situa a prática profissional como resultante de uma especialização do trabalho coletivo, alocando a profissão no âmbito das relações sociais concretas dessa sociedade, abrigando em sua configuração as sínteses dos

movimentos históricos expressando certo momento e uma dada conjuntura.

Dessa forma, o profissional contextualiza a sua prática e identifica nela o significado de sua existência. Existência essa articulada aos valores e princípios éticos e filosóficos, que substituem a condição utilitarista da profissão dada pelo mercado e incorporada pelos espaços sócio-ocupacionais do/a assistente social, capaz de veicular informações e articular ações fundamentais e necessárias para o enfrentamento das consequentes esparrelas da dominação capitalista. Isso implica necessariamente em uma competência política, teórica, ética e técnica embasada na razão ontológica.

A prática profissional consciente, portanto, é um ato de movimento permanente de pensar, analisar e avaliar o fazer, atribuindo objetivos, finalidades e metas, cujas resultantes devem alcançar visibilidades tanto para o desenvolvimento da profissão como para a desmistificação da sua imagem institucional e/ou social, que historicamente tem sido vinculada à igreja, ao voluntariado, à caridade e ao humanismo cristão.

O que está em questão aqui é a combinação entre formação e prática profissional com base teórico-metodológica e técnico-operativa fundamentada em princípios ético-políticos que estabelecem uma consciência revolucionária e norteiam comportamentos, posicionamentos políticos, lutas e ações profissionais em direção à superação da ordem vigente, sendo o profissional capaz de optar “por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” (CFESS, 1993, s/p). Nesse sentido, a formação com base na razão ontológica gera profissionais que manifestam a sua condição de SER capaz de apreender os elementos que permeiam e determinam os fenômenos sociais – expressões materiais da questão social – e sobre eles FAZER respostas profissionais conscientes. Isso porque tais respostas são teleológicas na medida em que “partem de conhecimentos que relacionam a resposta à sua causa final. É nesse sentido que, tendo em vista uma relação consciente, intencional, entre objetivos, meios e fins,

[...], coloca-se a necessidade de uma prática pensada e avaliada nas suas consequências". (Vasconcelos, 2015, p. 222).

Cabe ressaltar que a condição de SER assistente social não se limita ao momento específico de sistematização da prática profissional (Netto, 1989; Almeida, 2006), mas o transcende ao mesmo tempo que o engloba. A condição de SER assistente social não se restringe a um período ou tempo separado da rotina no cotidiano. É um movimento contínuo e integral no exercício da profissão, exigindo do assistente social se entender como trabalhador, compreender o significado social de sua profissão e a sua importância na divisão social e técnica do trabalho. Portanto, o fazer profissional é o SER assistente social em prática.

Na medida em que essa condição de SER do assistente social não se manifesta, ou seja, "não se objetiva conscientemente, nós, profissionais/assistentes sociais, somos levados no cotidiano da prática buscar/priorizar/realizar objetivos e finalidades pré-fabricados, preordenados" (Vasconcelos, 2015, p. 222). Em outras palavras, substituímos uma estrutura revolucionária e filosófica, que sustenta o FAZER pela adoção restrita de prática não reflexiva, imediatista, que desconsidera a historicidade e se estabelece na consciência comum, no ato de mera reprodução do estabelecido, manifestado no EXECUTAR.

Nota-se que no executar há a dedicação ao prático e a prioridade ao pragmático. Aqui a postura filosófica é desconsiderada e o questionamento da realidade é substituído pela imersão nos interesses e necessidades do cotidiano. Nesse contexto, o profissional se encontra na condição de incapaz de elevar-se e de ultrapassar os limites estreitos de sua atividade prática. "Isto é, não percebe até que ponto, com os seus atos práticos, está contribuindo para escrever a história humana, [...], o que faz com que os seus atos individuais envolvam os atos dos demais e, por sua vez, os destes se reflitam em sua própria atividade". (Vázquez, 2011, p. 38).

Sem a compreensão do significado social do Serviço Social, tanto o profissional como a profissão perdem o eixo que os norteiam, abrindo brechas para a manipulação e a expansão diferenciadas de

práticas e discursos de cunho extremistas, religiosos, tecnicistas, conservadores e moralizantes, que inferem sobre o direcionamento da prática profissional.

Sem uma consciência filosófica e revolucionária, o profissional tende a sucumbir aos interesses institucionais de grupos privados ou pessoais. Com isso propaga a dicotomia entre teoria e prática profissional, a falência do projeto ético-político, a negação do significado social da profissão e se prende em direcionamentos e modelos utilitaristas de profissão, legitimando uma falsa concepção individual e de autossuficiência prática.

Nesse perfil, a prática fala por si mesma, não dependendo ou se sustentando em argumentos filosóficos para o seu desenvolvimento, portanto, ela perde suas finalidades e, os seus objetivos são determinados e não construídos conscientemente. A prática desenvolvida a partir daí se retém na mera execução de atividades; prioriza o domínio e o bom exercício de instrumentais e de técnicas distanciados de uma análise crítica da realidade; fragiliza o profissional colocando-o suscetível ao engodo da dicotomia entre teoria e prática e legitima um tipo Serviço Social fadado ao fatalismo ou ao messianismo.

Esse perfil é evidenciado em falas como “isso sempre foi assim”, “nada muda”, “aqui a teoria não serve para nada, até porque nem temos tempo para isso”. Tal estado de estabilidade não permite críticas à realidade, desvaloriza o homem social ativo e transformador, logo, tolhe a capacidade de projeção de realidades emancipatórias e se mostra funcional às regras dadas pelo contexto, o que no âmbito do Serviço Social contrapõe a direção ético-política da profissão e se adapta bem à realidade capitalista nos moldes do século XXI. No cerne do Serviço Social, isso engessa o profissional “endurece sua “*alma crítica*” (*vista como desnecessária*), *retira dele as condições objetivas para que ele se qualifique mais profundamente, para além do imediatamente posto no cotidiano profissional, submetendo-o a uma esfera meramente operativa*. (Silva, 2013, p. 129 – grifos do autor).

A tendência de substituição do FAZER pelo EXECUTAR – do reflexivo pelo prático –, forjada pelo e no cenário que compõe o século XXI, invoca antigos fantasmas que circundam historicamente o Serviço Social. Esses travestidos por um tipo de “pluralidade” conforma uma convivência que ajusta harmoniosamente uma gama diversificada de verdades propaladas nas “novas teorias” que ignoram os avanços históricos da profissão e constituem um terreno fértil para o avanço do ecletismo e do sincretismo no Serviço Social.

Como forma de identificação desse processo, aqui há de se destacar: a aproximação com os estudos da Psicologia; as práticas terapêuticas; as ações fiscalizadoras e policiais; o protagonismo na construção de propostas de enquadramento e reajustamento dos sujeitos; o militantismo radical cunhado em interesses individuais tracejados de luta política coletiva; o assistencialismo condicionado pela necessidade de permanência no mercado de trabalho; o burocratismo das relações; a incorporação de técnicas de mediação e abordagem fundamentadas em teorias “psi”; a reprodução de comportamentos e finalidades de “empoderamento” não emancipatório; a adoção da visão holística; entre outras. Todos esses encontram forças e justificativas nos discursos da Modernidade Reflexiva, edificando práticas e comportamentos de encaixe e desencaixe, que refletem o caráter instável do mundo nesse novo milênio.

Como isso se materializa no Serviço Social? Na transformação do atendimento em um espaço de mera coleta de dados do usuário, que depois não são pauta de reflexão para o desenhar de um perfil de população a ser atendida de forma mais qualificada; na restrição da abordagem ao leito (no caso da saúde) com o mero objetivo de se identificar se o paciente recebe visita e o contato com os visitantes, sem buscar o conhecimento dessa família e suas limitações; no fazer da orientação um espaço único de exibição das rotinas institucionais com fins de doutrinamento do usuário; na entrevista social que visa apenas a adequação dos sujeitos aos benefícios institucionais sem se preocupar com os demais determinantes que se manifestam no cotidiano deles que podem impedir o seu acesso ou a continuidade do serviço ou do

benefício; na preocupação de coleta de documentos objetivando cumprir as determinações do acervo documental da instituição, reproduzindo uma lógica de punição aos sujeitos que não possuem a documentação; no acolhimento que expressam configurações de uma sessão de *coaching*; no aconselhamento impedindo que o usuário manifeste as suas insatisfações com os serviços; na mediação em que o usuário não tem voz; na ouvidoria restrita à audição da queixa; na reprodução da imagem assistencialista em troca de manutenção do cargo de indicação; e em muitos outros exemplos que é possível ser visualizado em diferentes frentes de atuação do Serviço Social.

Tais exemplos expressam um pouco dessa realidade de se executar um Serviço Social sem reflexão da realidade, desconsiderando a direção ética e política da profissão e compreendendo os valores da profissão como elementos restritos ao Código de Ética. Esse, por vezes, é encarado como documento a ser consultado apenas em situação em que o profissional se sinta violado em seus direitos.

Nesses casos, o conhecimento teórico e filosófico que funda a profissão se torna obsoleto em detrimento da execução de práticas restritas a elas mesmas. O pano de fundo que se estende aqui revela a concretude de um movimento que nega as bases de conhecimento menos flexíveis, portanto, nesse contexto, flexibilizar os ganhos historicamente adquiridos pela profissão, em especial, aqueles motivados pela tradição marxista, o que para alguns seria conectar o Serviço Social aos novos tempos. A partir desse entendimento, as bases de consciência revolucionária dão espaços para novas bases de “consciência aberta e livre”, cuja essência oculta a natureza ontológica em detrimento da instrumental e das modalidades de respostas focalizadas imediatas, apolíticas e a-históricas em nome da conexão com os novos tempos.

Isso sustenta uma projeção de deslocamento dos valores do projeto ético-político das bases em que foi forjado para ser reencaixado, reapropriado ou remodelado em inúmeras outras formas transitórias de valores, que se adequam às condições locais de tempo e lugar. Desse modo, o projeto ético-político tenderia a perder a sua qualificação de

projeto de sociedade e de profissão para a condição de meio de identificação de um determinado perfil ou “rosto” profissional.

Considera-se que esse debate não se finda nessas breves linhas, pois aqui foi assinalado alguns dos elementos/determinantes que contribuem para a condução dessa realidade. Entretanto, há a necessidade de ser debatidos àqueles que produzem a manutenção dessa realidade. Neles se destaca o intensivo papel das entidades representativas do Serviço Social, bem como das universidades, no aprimoramento e qualificação dos profissionais em seus campos sócio-ocupacionais, construindo coletivamente estratégias de enfrentamento das opressões capitalistas e o fortalecimento da direção ético-política do Serviço Social.

Referências

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. *Serviço Social & Sociedade*, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Retomando a temática da sistematização da prática. In: RAVO, Maria Inez S.; MOTA, Ana Elizabete; TEIXEIRA, Marlene. (Orgs.). *Serviço Social e Saúde: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 399-408.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serviço Social & Sociedade*. N. 124. São Paulo: Cortez, 2015.

CFESS. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*, Brasília: CFESS, 1993.

GUERRA, Yolanda. Desafios para o Serviço Social na seguridade social: formação nas políticas ou para as políticas sociais? In: GUERRA, Yolanda.; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima Grave.

Temas contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos.
Campinas: Papel Social, 2019.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ed Ática; 1997.

LEHER, Roberto. Universidade pública federal brasileira: future-se e “guerra cultural” como expressões da autocracia burguesa. *Educação & Sociedade*, v.42 Campinas: Unicamp, 2022. p. 1-19.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MONTAÑO, Carlos; GUERRA, Yolanda. *Serviço Social crítico: teoria e prática, uma análise dos fundamentos do Serviço Social para a construção/consolidação de uma perspectiva crítica na profissão*. Campinas: Papel Social, 2024.

NETTO, José Paulo. Notas para a discussão da sistematização da prática em Serviço Social. *Cadernos ABESS*, n. 3, São Paulo: Cortez, 1989.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, n. 50. São Paulo Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduina de Oliveira e(Org). *Serviço Social no Brasil: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs.) *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Serviço Social: razão ontológica ou instrumental? *Katálysis*. V. 16, n. 1, p. 72- 81. Florianópolis: UFSC, jan./jun. 2013.

SILVEIRA JR, Adilson Aquino. A cultura pós-moderna no serviço social em tempos de crise. *Temporalis*. Ano 31, nº 16. Brasília: ABEPSS, 2016.

VASCONCELOS, Ana Maria de. *A/o Assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas*. São Paulo: Cortez, 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. S. *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.